

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Os mercadores do caos



Bolsonaristas andam espalhando desinformação em meio à tragédia no RS porque, inimigos da democracia que são, a eles interessa minar a capacidade dos cidadãos de confiar uns nos outros

O bolsonarismo não é uma força política normal. É uma força destrutiva, que só é capaz de prosperar num ambiente de conflagração permanente, desconfiança entre os cidadãos – e entre estes e as instituições – e negação da política como meio de concertação civilizada entre interesses sociais divergentes. Ter esse diagnóstico claro de antemão é fundamental para compreender como e por que bolsonaristas de quatro costados têm agido como mercadores do caos espalhando desinformação em

meio à tragédia climática que arrasou o Rio Grande do Sul. Há uma agenda em jogo. E ela não poderia estar mais distante dos interesses nacionais, que dirá dos imperativos morais e humanitários que devem orientar a ação de governos e da sociedade neste momento de amparo aos gaúchos.

A difusão de mentiras e/ou distorções da realidade de forma coordenada entre os bolsonaristas, tal como ocorreu durante a pandemia, não provoca danos na escala dos causados pelas chuvas torrenciais no Estado, mas gera um efeito igualmente devastador:

mina o esforço nacional para fazer chegar ajuda vital aos nossos concidadãos gaúchos. “A desinformação é o que mais tem prejudicado o nosso trabalho”, disse ao *Estado* o comandante do Exército, general Tomás Paiva. “Ela impede a sinergia entre órgãos governamentais, que é fundamental para ações que são imprescindíveis nesse momento”, lamentou o militar, com toda razão.

A fim de enfraquecer a democracia que tanto desprezam – é disso que se trata –, figuras como os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Gustavo Gayer (PL-GO), Paulo Bilynskyj (PL-SP), Nikolas Ferreira (PL-MG), Gilvan da Federal (PL-ES), General Girão (PL-RN) e Caroline de Toni (PL-SC), entre outros congressistas – além do governador de Santa Catarina, Jorge Nello (PL) –, agem de forma livre e consciente para destruir os laços de solidariedade entre os brasileiros. As mentiras que disseminam da tribuna da Câmara e por meio das redes sociais, a pretexto de criticar supostas omissões do governo federal no enfrentamento da crise, não têm outro objetivo senão o de abalar a capacidade das pessoas de confiarem umas nas outras.

Esse imoral ataque à “verdade dos fatos”, na expressão consagrada por Hannah Arendt, tem como finalidade a instalação de um clima de confusão generalizada no País que seja tóxico o bastante a ponto de, no limite, fazer a democracia soçobrar diante da falta de seu insumo básico: a confiança entre as pessoas, sem a qual não é possível estabelecer consensos mínimos,

principalmente o reconhecimento de que adversários políticos, ora vejam, também possuem uma dimensão humana e têm legitimidade para tomar parte no debate público. Sob esse consenso devem permanecer todas as eventuais divergências político-ideológicas que possa haver entre os cidadãos.

Ironicamente, foi esse pacto civilizatório que levou quase toda a chamada classe política a interromper a campanha eleitoral de 2018 a partir do dia 6 de setembro daquele ano, quando o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro sofreu um atentado a faca. Ali ficou claro que a política não é um vale-tudo. Mas, ao que parece, os bolsonaristas ignoraram a lição, pois agora não emitem o mais tênue sinal de constrangimento ao explorar o terrível drama dos gaúchos para auferir, eles mesmos, ganhos político-eleitorais.

Os bolsonaristas têm o direito de criticar o governo federal. Como oposição, estranho seria se não o fizessem. Os bolsonaristas têm até o direito de serem injustos com o presidente Lula da Silva, afirmando que o petista nada tem feito para aliviar o sofrimento dos gaúchos – o que não é verdade. Mas não é de críticas que se está tratando. É de uma desumanização que extrapola as lides políticas entre “direita” e “esquerda”, “conservadores” e “progressistas”. E esse processo há de ser interrompido, a bem do País, não só do Rio Grande do Sul, com mais informações de qualidade e, principalmente, com os genuínos democratas se unindo em defesa da boa política como a expressão mais iluminada da democracia. ●

Resistir ao populismo dá bons frutos

Países do sul da Europa saíram da crise ao não se deixar seduzir pelo populismo. Ou seja, a responsabilidade fiscal é o único caminho para preservar e ampliar ganhos econômicos e sociais

Dados da Europa confirmam o bom desempenho dos países do sul, especialmente das quatro maiores economias, Itália, Espanha, Portugal e Grécia. As três últimas cresceram em 2023 mais que o dobro da média da zona do euro. Coletivamente, desde 2017 os quatro superaram o crescimento da economia alemã – a maior do bloco – em 5%.

É um fenômeno nada trivial. A distância histórica entre o Sul e o Norte se ampliou na crise dos anos 2008-2012. A combinação de recessão e austeridade espreeu suas economias. A tentação populista brotou forte. A União Europeia correu risco de fragmentação. Mas o eleitorado e seus representantes souberam extrair da frustração um zelo reformista que agora dá

frutos.

A solidariedade foi importante. Tanto na crise financeira quanto na pandemia, Bruxelas liberou generosos fundos de recuperação, mas com contrapartidas de austeridade. Os países do sul reduziram a burocracia e os impostos corporativos, flexibilizaram leis trabalhistas para incorporar novas modalidades de emprego e reduziram dívidas e déficits. Os investimentos voltaram, as exportações aumentaram e o desemprego caiu. O apoio do norte rendeu dividendos: a expectativa de manutenção do ritmo de crescimento do sul em 2024 tem permitido ao Banco Central Europeu sinalizar cortes nos juros.

O sucesso não é monopólio de algum espectro político. Ao contrário, ele mostra o efeito benéfico da sobreposição de dogmas ideológicos pelo prag-

matismo. Em Portugal e na Espanha, o equilíbrio fiscal foi conquistado por governos socialistas. Na Itália, a centro-direita de Mario Draghi promoveu políticas anticíclicas fiscalmente mais frouxas, com isenções tributárias que impulsionaram a indústria de construção. Ao mesmo tempo, a generosidade excessiva da previdência foi disciplinada, e o atual governo, mais conservador, está cortando gastos para reduzir a dívida.

A Grécia é especialmente instrutiva, pela sua regeneração não só econômica, mas política. À beira da insolvência, radicais de esquerda advogavam dobrar a aposta do expansionismo fiscal, pondo em risco a permanência na zona do euro. Eles chegaram a montar uma coalizão com a extrema direita em 2015. Ainda em 2019, quando o eleitorado exausto deu um voto de confiança à centro-direita liderada por Kyriakos Mitsotakis, o país era o “homem doente da Europa”.

Em artigo na revista *The Economist*, Mitsotakis explicou sua “lógica triangular”: “Pró-crescimento, mas fiscalmente responsável; robusta em imigração e assertiva em segurança, junto com uma política externa forte; e socialmente liberal em casa”. Em especial na economia, o governo focou em corte de impostos, apoio a empreendedores e reformas de mercado para atrair investimentos. As agências de crédito premia-

ram a responsabilidade fiscal, restaurando o grau de investimento. Os investidores responderam e o eleitorado também, reelegendo Mitsotakis.

“No fim, o baluarte mais importante contra o populismo é ouvir e realizar”, disse o premiê grego. Mas é também reconhecer seus erros e ser sincero com a população. “Trata-se de explicar por que, por exemplo, um grau de investimento não é só sobre agradar mercados – é sobre custos mais baixos de empréstimos para hipotecas –, ou por que é importante atrair investimentos estrangeiros para criar empregos mais bem pagos.” Ao conceder em 2023 o prêmio de País do Ano à Grécia, a *Economist* explicou: “A Grécia mostra que da beira do colapso é possível implementar reformas econômicas duras e sensatas, reconstruir o contrato social, exibir um patriotismo moderado – e ainda vencer eleições”.

As economias do sul estão longe de ser perfeitas: ainda há uma distância do norte, o desemprego ainda não caiu a níveis satisfatórios e as reformas têm um longo caminho à frente. Mas, por ora, elas deixam lições valiosas para uma Europa a caminho das eleições e para países como o Brasil, ainda capturado pela polarização populista. Combinar equilíbrio fiscal, responsabilidade social e crescimento não só é possível, como necessário para o desenvolvimento sustentável e a pacificação social. ●

PARTE DO CONTEÚDO DESTA PÁGINA FOI FORNECIDA POR: P pressreader